

Alento

A forma como se organiza o jogo político no Brasil coloca os municípios numa situação de eterna dependência. Esta sujeição forçada às forças políticas estaduais e federais gera uma incerteza constante quanto a possibilidade de atendimento as demandas dos nossos cidadãos. A centralização, ainda excessiva, das verbas e das decisões políticas sobre questões específicas e locais é que faz brotar uma certa dúvida e até distorções quanto às possibilidades de desenvolvimento de cada cidade. Isto é tanto mais grave se considerarmos que o município é a sede administrativa mais próxima dos cidadãos. Esta condição faz com que cada cidade constitua-se, pelo menos teoricamente, na instância que melhor conhece os interesses e as necessidades específicas de cada região, e, paradoxalmente, a que menos tem poder de decisão sobre estes problemas.

Certamente esta situação não é responsável por todos os males que o país enfrenta. Mas responde por grande parte das dificuldades que os cidadãos encontram no seu cotidiano. Por isto a notícia, veiculada recentemente por esta Folha, que Campo Largo receberá mais de três bilhões de cruzeiros para manutenção dos serviços essenciais de saúde e educação provoca um alento na população. Esta informação anima não pelo valor em si das verbas liberadas, mas, muito mais, pela constatação da continuidade de uma arti-

culação fundamental entre a administração municipal e as forças políticas estaduais e federais.

Enquanto perdurar esta situação, de centralização do poder e das verbas, os prefeitos devem se preocupar não só em constituir equipes competentes para empreender uma boa administração municipal, mas também em estabelecer vínculos políticos que garantam as verbas necessárias para manter em funcionamento os serviços básicos que são direitos dos contribuintes. Não basta um prefeito construir escolas, hospitais e, por mesquinhas ou interesses pessoais, mostrar-se incompetente na hora de fazer estes equipamentos sociais funcionarem. Este primeiro exemplo de eficiência política dado pela administração de Campo Largo demonstra que o prefeito Emídio Pianaro Júnior herdou de Afonso Guimarães a visão política ampliada. Visão esta que lhe permite equacionar os problemas da cidade vinculando-os imediatamente aos instrumentos e forças extra-locais que podem viabilizar a sua solução.

Ao que tudo indica a disposição da atual administração municipal é de continuar esta aliança produtiva com as forças políticas mais expressivas da região. Esta aliança, referendada pelos eleitores nas últimas eleições, é que garante o poder necessário para pressionar as administrações estadual e federal e para conquistar os benefícios que o nosso município tanto necessita.

MENSAGEM

Ao grande amigo e companheiro...

NERI LUCIETTI

Pela sua participação em todas as ocasiões em que podemos compartilhar a sua presença. Demonstramos nosso afeto. Com muitas saudações. Seus amigos

Turma da Rural

FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-presidente: Germano de Oliveira

Editor: Luis Augusto Cabral Reg. Prof. 359/02/81 DRT-PR

Comércio de Artes Gráficas Idéias Novas Ltda Rua Marechal Deodoro, 495 Galeria Virgínia, loja 107 Telefone (041) 392-1331 Campo Largo — Paraná

Composição, past-up e fotolito Comércio de Artes Gráficas Idéias Novas Ltda

Impressão Editora Helvética Ltda Rua Alm. Gonçalves, 1063 Fone (041) 222-0634 ou fax (041) 222-5905 — Curitiba

Automóvel

Toda vontade de mudança que a população brasileira tem externado em suas manifestações mais recentes parece ter sido ignorada pelos planejadores do governo. Isto está evidente pelo menos na proposta de concessão de incentivos para a indústria automobilística. Esta atitude é tão antiga quanto a própria industrialização brasileira, suas limitações e efeitos nocivos são velhos conhecidos não só pelos técnicos, mas também pelo cidadão comum, que se constitui na principal vítima deste tipo de procedimento.

Por volta dos anos 50 é que teve início o discurso que associava a ascensão do país ao primeiro mundo, ao incentivo para instalação nas suas fronteiras das modernas indústrias multinacionais de automóvel. O discurso vingou e até a economia brasileira viu-se submetida aos interesses deste setor. Interesses que conduziram ao desprezo quase completo pelo transporte aéreo e ferroviário e o consequente empenhamento do Estado para financiar a construção e manutenção de toda uma infraestrutura em rodovias (teoricamente capazes de suportar a quase totalidade do transporte de mercadorias deste país continental. A mesma política automobilística gerou uma dependência da importação do petróleo e um desperdício pela construção de um transporte de massa eficiente e barato nas grandes cidades. Fora isto seria preciso citar, entre outros, os problemas de poluição gerados pelos automóveis e pela consequente degradação do meio ambiente.

Este discurso enganoso retorna agora adaptado aos novos

tempos. O governo tenta convencer a população que é preciso usar o dinheiro público para incentivar as pobres indústrias multinacionais do setor automobilístico. Esta seria uma importante e eficiente medida contra a recessão, porque geraria empregos, produção e o aumento de impostos.

O que o governo não fala é que um incentivo para este setor também iria criar ou agravar uma série de problemas que dificultam a expansão da nossa economia. De imediato uma maior produção de automóveis acentuaria a dependência brasileira de petróleo estrangeiro. Os grandes congestionamentos das metrópoles se agravariam, o que exigiria novos gastos em viadutos, túneis e outros artificios que roubariam as verbas de projetos mais importantes, como aqueles que objetivam o desenvolvimento dos meios de transporte coletivo, tornando-os mais nacionais e eficientes.

Acrescente-se que esta proposta, além de ter a potencialidade de promover o desastre e aprofundar a nossa crise, promove uma grande injustiça. A indústria automobilística, grande beneficiária durante o processo de industrialização brasileira, pouco se preocupou em investir na qualificação de mão-de-obra e no aumento de produtividade. Este foi um dos setores que preferiu optar pelo arrocho salarial e pela demissão em massa. Por tudo isso, concluímos que este não é o caminho e nem o veículo que conduzirá o país ao primeiro mundo.

Arthur Villa Verde

Por que Presidencialismo

O país já entrou no embalo das folias de Carnaval. Como o Brasil só volta ao normal na Quarta-Feira de Cinzas, sobrou pouco tempo para se debater com a necessária seriedade o plebiscito de 21 de abril, que vai decidir sobre a forma e o sistema de governo. Até agora este debate só teve lugar no meio político e acadêmico. O povo está completamente ausente das discussões.

O lançamento da Frente Nacional Parlamentarista no Paraná foi realizado no último dia 23, na Assembleia Legislativa com a presença de pouco mais de uma centena de pessoas, na sua grande maioria políticos e empresários. Apesar do evento ter reunido em Curitiba os principais dirigentes nacionais do movimento parlamentarista, a população não compareceu para prestigiar o ato. Desinteresse? Indiferença? Honestamente, não creio, pois no mesmo dia participamos em Curitiba de um debate sobre Presidencialismo e Parlamentarismo, organizado pelo PT, que atraiu centenas de pessoas.

Em todo lugar encontro pessoas ávidas por informações, desejando debater seriamente o assunto. Contudo, mais uma vez pretende-se excluir o povo, chamando-o apenas para referendar a opção das elites. Sou presidencialista e faço questão de deixar minha posição muito clara. Sei que o debate interessa tanto aos presidencialistas quanto aos parlamentaristas e muito mais a estes, visto que defendem um sistema sobre o qual a população tem escassos conhecimentos.

Entretanto, o movimento parlamentarista tem preferido se afirmar justamente sobre esta falta de informações, vendendo a doce ilusão de que este sistema resolverá todos os problemas do país num passe de mágica. Cabe um questionamento: se depois de mais de um século de República o presidencialismo continua apresentando os defeitos apontados com muita razão pelos parlamentaristas, qual a garantia de que o

parlamentarismo já surgirá entre nós como um sistema perfeito? Simplesmente vamos passar um cheque em branco, pois as características deste sistema, caso seja aprovado no plebiscito, só serão definidas na revisão constitucional.

Em 1984 o povo tomou as ruas e sacudiu o país exigindo diretas já para presidente da República. Sardade a este grito, a Câmara dos Deputados rejeitou a Emenda Delta de Oliveira. O povo amargou enorme frustração e teve que engolir o Colégio Eleitoral. Na Constituinte, nova frustração com a aprovação do mandato de cinco anos para Sarney, adiando por mais um ano a primeira eleição direta depois de quase 30 anos de governos autoritários.

O impeachment de Collor derrubou uma das principais teses dos parlamentaristas: a de que o presidencialismo não oferece instrumentos para resolver crises institucionais e afastar governantes corruptos. Como ficou demonstrado, este sistema pode funcionar muito bem, desde que se garanta a se amplie os mecanismos de participação popular. Desde que o Congresso se abra às reivindicações populares.

Desconfio muito de uma Câmara de Deputados que elege um Inocêncio Oliveira para sua Presidência e que, com o Parlamentarismo, terá o poder de escolher o Primeiro-Ministro. Com erros e acertos, prefiro o tirocinio dos mais de 90 milhões de eleitores que em 94 elegeram um presidente identificado com os interesses populares. Sou presidencialista com a convicção de que alcançamos um grau de consciência política capaz de impedir que novos aventureiros cheguem ao poder pelo voto popular, garantia que não tenho no parlamentarismo, onde o fisiologismo poderá vingar impunemente.

Pedro Tonelli, deputado federal pelo PT-PR

Carta do leitor

500?

Senhor Editor: Já estão circulando as céculas de 500 mil Cruzeiros. Vão que bonitinha? É bonitinha mas ordinária? Ordinária porque não vale o quanto diz que vale. Aláas tem um versinho, dizendo que a nota vale só 300. Será que os homens que dirigem o sistema monetário nacional "dormiram no ponto" ou fizeram algo de propósito, para gozar do povo? Aláas, dizem os ex-

perts em economia, que realmente a nota entra em circulação valendo apenas 300 mil Cruzeiros. Mais dia menos dia ela estará valendo menos de 100 e aí já estará na hora do Governo liberar as céculas de um milhão de Cruzeiros que com o pacote deverá valer apenas mil Cruzeiros.

Até lá esse valor dará para pagar uma cesta básica para família de poder aquisitivo de um salário mínimo.

Ernesto Borges de Souza

Alça de Mira

Festa da Padroeira

Nesta terça-feira, dia 2 de fevereiro, Campo Largo comemorou mais uma festa da Padroeira Nossa Senhora da Piedade. Feriado Municipal, a data teve comemorações essencialmente religiosas, programadas pela Igreja Matriz. Além da tradicional procissão com a imagem da Santa, que retornou da Igreja de São Pedro e São Paulo, para onde havia sido levada pelos fiéis no dia anterior, houve solene celebração pelo arcebispo metropolitano, Dom Pedro Fedalto, e concelebrada pelo vigário de Campo Largo, padre Antonio, além, de outros sacerdotes das paróquias vizinhas.

A única cerimônia civil realizada no dia da Padroeira foi o hasteamento das bandeiras, antes do início da missa. O arcebispo Dom Pedro Fedalto hasteou o Pavilhão Nacional, o prefeito Emídio Pianaro Júnior a bandeira do Paraná, e o padre Antonio Zaphon, a bandeira de Campo Largo.

Tempos antigos

A celebração da festa da Padroeira Nossa Senhora da Piedade remonta aos primórdios da fundação de Campo Largo. A cidade praticamente iniciou com um pequeno povoado, em 1814, quando o capitão João Antonio da Costa, que morava em Curitiba, doou os campos onde se construiu Campo Largo, para que ali se estabelecessem qualquer pessoa que desejasse, sem pagamento de qualquer valor. Cinco anos depois, o capitão doou uma área para a construção de uma capela em louvor a Nossa Senhora da Piedade, e mandou vir uma imagem da Santa da Bahia. A imagem havia chegado em 1916 e fora venerada como Padroeira (Protetora) da pequena localidade.

Primeira capela

Ainda em 1916 o bispo D.Mateus, de São Paulo, autorizou a edificação da capela. Os trabalhos de construção iniciaram em 1821, sob a administração do capitão Jerônimo José Vieira e do padre José Joaquim Ribeiro da Silva, que vinha de Curitiba para celebrar missas, confessar e pregar. Ele foi o primeiro sacerdote a celebrar missa na igreja Primaz de Campo Largo. A imagem da padroeira, Nossa Senhora da Piedade, que fora conservada na casa do tenente Joaquim Loes de Cascaes, foi encaminhada ao templo em 1826, mas a antiga igreja só foi concluída em 1828.

Primeiros documentos

Antigamente, os documentos mais importantes para o cidadão eram os expedidos pela Igreja: registro de batismo, de casamento. Os primeiros livros de registros de batizados e assentos de casamentos de Campo Largo foram abertos e rubricados em 1823 pelo cura (padre) José Joaquim da Silva. Há também outros registros, a partir de 11 de agosto de 1832, e também, regularmente, a partir de 1843, quando assumiu as atividades religiosas em Campo Largo o padre Justiniano Ferreira Belo.

Dastas Históricas

Assim como o dia 2 de fevereiro é feriado municipal porque as origens de Campo Largo estão intimamente ligadas às tradições religiosas, temos um outro feriado municipal, também no mês de fevereiro, o dia 23, quando é comemorado a instalação oficial do município.

Pela Lei nº 23 de 12 de março de 1841, criou-se o Distrito Judiciário de Campo Largo da Piedade - Comarca de Curitiba. A 2 de abril de 1870, pela Lei nº 219, foi criado o município de Campo Largo da Piedade, desmembrado da Capital do Estado.

No entanto, a instalação oficial do Município só ocorreu em 23 de fevereiro de 1871. Portanto, no próximo dia 23, o Município estará comemorando oficialmente 122 anos de instalação.

Curiosidade

Em 1853 um Relatório ao Presidente da Província, diz que o distrito de Campo Largo da Piedade "contém um cemitério cercado de madeira, uma fazenda de criar e quarteiro casas de negócios. Tem cinco carpinteiros, três sapateiros, um seileiro, cinco alfaiates, três ourives, um funileiro, três ferreiros, vinte e seis negociantes, cento e cinquenta jornaleiros, trezentos e setenta e nove lavradores e quatorze estrangeiros". São informações interessantes e curiosas, que denotam intensa atividade comercial (14 casas de negócios e 26 negociantes), boa produção agrícola (379 lavradores), vários profissionais de diversas áreas (seileiro, alfaiates, ourives, ferreiros e funileiro), além de alguns estrangeiros (14). Quanto ao termo "jornaleiro" (150) não tem o mesmo significado atual ou seja, vendedor de jornais, mas, provavelmente significa uma atividade profissional remunerada por jornada de trabalho, por dia, como é o caso dos chamados "diaristas".

Pesquisa

As informações aqui relatadas contam apenas com alguns dados de nossa história e foram extraídas de dois livros com mais de duas décadas — uma publicação da primeira administração Newton Puppi (1963/69) e do guia Oficial do 1º Centenário de Campo Largo, publicado em 1970, durante a segunda administração de Emídio Pianaro. Poucos são os dados disponíveis para a pesquisa de nossa história. Campo Largo conta apenas com a memória e boa vontade de pessoas dedicadas, preocupadas em registrar para a posteridade fatos importantes de nossa história, como a professora Odila Castagnoli, o senhor Ovídio Weber, a professora Otília Barbosa Braga e alguns outros. Há necessidade de poder público também se preocupar com o resgate de nossa história. Para que as gerações futuras não cobrem essa omissão atual. Com a palavra a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a Biblioteca Pública e outros órgãos que possam colaborar.

Memória

Já que Campo Largo está ligado à Região Metropolitana de Curitiba, e já que a história de Campo Largo, de alguma forma se confunde com a história de Curitiba, até pela origem da sua população, por que não buscar na Capital do Estado, o exemplo para solucionar este problema? Por que não imitar Curitiba e criar uma Casa da Memória, através da qual o Poder Público Municipal possa trabalhar para o resgate e preservação da nossa História, nossos valores culturais que, hoje, são relegados ao esquecimento? Estariam, desta forma, contribuindo para que o nosso passado seja resgatado e o nosso futuro seja informado sobre o que fomos e o que somos.

Escola

É importante que a futura geração, formada por nossos filhos e netos tenha, já nos primeiros anos escolares, informações precisas sobre a história do Município. Infeliz do povo que não conhece a sua história e não cultua os seus heróis. E Campo Largo os tem, é só buscar as novas raízes para descobri-los, os desbravadores, os pioneiros, foram verdadeiros heróis, naquela época viviam "tão distante" dos grandes centros, era um verdadeiro ato heróico.

Nova Lei de Zoneamento proposta pelo prefeito

A necessidade de uma nova Lei de Zoneamento Urbano, para Campo Largo, foi detectada pelo prefeito Emídio Pianaro Júnior logo após assumiu a Prefeitura Municipal. Segundo ele, há necessidade de um novo ordenamento territorial urbano, adequado ao desenvolvimento sócio econômico atual do Município. O novo Plano de Ocupação do Solo, segundo o prefeito, deverá ser amplamente discutido pela sociedade para posteriormente ser apresentado à Câmara Municipal, para ser transformado em lei.

Contratado na gestão do prefeito Afonso Portugal Guimarães, o plano prevê o zoneamento não apenas da cidade de Campo Largo, mas também dos distritos de Ferraria e Bateias, o que é destacado por Pianaro como de vital importância para o desenvolvimento do Município. A Lei do Zoneamento atualmente em vigor, data de 1978 e, segundo o prefeito, "muita coisa mudou, nesses últimos anos e Campo Largo precisa planejar o seu futuro para que não tenhamos, em poucos anos, problemas como o inchaço urbano, comum em outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba".

PEDU

Elaborado pelos arquitetos Julio Fay e Euclides Vilela, o Plano de Uso e

Ocupação do Solo Urbano de Campo Largo é um trabalho realizado no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU e tem por objetivo apresentar propostas e medidas adequadas a uma política de desenvolvimento sócio-econômico do Município. O plano parte de uma análise da evolução histórica e sócio-econômica, das características geográficas do município e das redes de infra-estrutura e de serviços públicos existentes, para compreender sua dinâmica de desenvolvimento e identificar diretrizes apropriadas para o planejamento urbano.

Os estudos se detêm, principalmente, sobre as áreas de Campo Largo, Ferraria e Bateias, onde ocorrem as maiores concentrações populacionais, de infra-estrutura e de atividades produtivas. Os projetos de lei propostos visam dotar o Poder Público dos instrumentos legais necessários para a realização das diretrizes definidas para o ordenamento territorial.

As propostas foram desenvolvidas a partir de projeções para o crescimento de Campo Largo, baseadas no crescimento verificado nas últimas décadas e na crescente diminuição de atividades humanas que vem sendo verificada na Região Metropolitana de Curitiba. As potencialidades para o crescimento sócio-econômico de Campo Largo, identificadas no trabalho Diretrizes para o

Desenvolvimento Sócio-Econômico, consideraram os aspectos locais, as relações metropolitanas e as perspectivas resultantes da criação do Mercosul.

O prefeito lembra, por exemplo, a existência de uma grande área em Campo Largo, que deve ser protegida, por tratar-se de um manancial para o abastecimento não só do Município, como de outras comunidades da Região Metropolitana de Curitiba.

DISCUSSÃO

As informações constantes do Plano foram objeto de ampla discussão com a comunidade, representada pelo Conselho Municipal de Acompanhamento do Plano, formado por representantes da Administração Municipal, vereadores, representantes das comunidades de Bateias, Campo Largo e Ferraria, Comec, Cocel, Telepar, Sanepar, Instituto Ambiental do Paraná, Emater, Sindicato das Indústrias de Cerâmica de Campo Largo, Associação Comercial, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo e técnicos da Prefeitura Municipal.

Antes de ser enviado oficialmente à Câmara Municipal para discussão e votação, o projeto deverá passar, ainda, por uma ampla discussão com os vereadores, segundo informou o prefeito Emídio Pianaro Júnior.

Campo Largo vai reciclar 4 toneladas/dia de lixo

A reciclagem de quatro, das vinte toneladas de lixo/dia produzidas no município de Campo Largo, pode transformar-se em realidade nos próximos meses. A pedido do prefeito Emídio Pianaro Júnior, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná — PUC, através do seu Instituto de Saneamento Ambiental, está estudando um novo projeto para coleta, disposição e reciclagem do lixo do Município.

Dentre as propostas que estão sendo analisadas pelos técnicos da PUC e da Prefeitura Municipal, estão a instalação de um novo aterro sanitário, a privatização de parte do serviço e a reciclagem de, pelo menos quatro toneladas de lixo por dia, reaproveitando papel, papelão, plásticos, metais e vidros, numa primeira etapa.

RECICLAGEM

Bastante entusiasmado com o andamento do projeto, o prefeito Emídio Pianaro Jú-

Polícia só recapturou seis dos 17 foragidos da Delegacia

Até o final da tarde de ontem, somente seis dos 17 presos que fugiram do xadrez da Delegacia de Campo Largo, no dia 25 de janeiro último, haviam sido recapturados pela Polícia. São eles Luiz Waldemar Francisco dos Santos (Ladrão), Jefferson Hansac (Ladrão), Daniel Quirino de Freitas (Ladrão), Luiz Cordeiro Filho (Ladrão), Adão José Luiz (Ladrão) e Roberval Ribeiro (latrocida).

Os outros 11 foragidos, segundo opinião de alguns policiais que participam das buscas, devem estar muito longe de Campo Largo, a esta altura dos acontecimentos. O delegado Aparecido Rodri-

nior destaca a possível instalação de uma indústria de reciclagem do lixo urbano, que deverá gerar novos empregos. "Trata-se de uma proposta de grande interesse para Campo Largo, porque hoje um dos mais sérios problemas enfrentados pela Prefeitura, é com a disposição e tratamento do lixo urbano do Município". Para o prefeito, dentro de, no máximo 60 dias já terá em mãos os resultados dos estudos dos técnicos da PUC e da Prefeitura Municipal, para levar o assunto à discussão, com a comunidade, para a sua imediata implantação.

Segundo o engenheiro Rodolfo Ramina, assessor de Planejamento da Prefeitura, "há necessidade de um novo aterro sanitário, em Campo Largo, mas um aterro dentro das normas e segundo orientação do Instituto Ambiental do Paraná, com projeto de impacto ambiental e em consonância com a política de resíduos da Região Metropolitana de Curitiba.

Quanto à possível privatização de parte do serviço, Ramina explica que "é apenas uma das alternativas que estão sendo estudadas. É possível se privatizar, por exemplo, a coleta, o transporte e a disposição final. Mas isso será objetivo de discussão, após a apresentação do projeto global, que está sendo feito pela PUC".

Segundo o prefeito Emídio Pianaro, "esse é um dos mais importantes trabalhos na área, que está sendo feito em Campo Largo. O município não conhece a situação do seu lixo, as suas características e quais as alternativas mais viáveis. Por isso, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Serviços Urbanos, juntamente com a Assessoria de Planejamento e a PUC estão trabalhando para nos oferecer um estudo completo. Só aí é que, após discussão com a sociedade, decidiremos qual a melhor alternativa para Campo Largo, na área".

Qual a sua opinião sobre os preços do material escolar?



Silmara Weber — Advogada: "Os preços do material escolar estão muito altos, está um horror, esta situação. O problema, entretanto, está muito além do comércio, está na realidade, no próprio Governo, que deveria controlar os preços através de uma política mais energética, com a queda da inflação. Não dá para continuar do jeito que as coisas estão. Se não houver um controle rigoroso, os pobres não terão mais acesso à escola, mesmo que haja vaga. Como é que uma família que ganha até três salários mínimos vai conseguir comprar material para dois ou três filhos?"



Hosana Gus — Professora: "Está muito caro. Os órgãos governamentais deveriam baixar os preços do material escolar, para que o povo tenha acesso à educação. Um povo culto, educado, ajuda o País a progredir, a sair desta crise, que é uma pouca-vergonha. No lugar de baixar o imposto para automóveis, o Governo deveria distribuir material escolar de graça, para as crianças carentes. Isso sim, seria trabalhar para o crescimento e para o fortalecimento do País. Só através da educação do povo o Brasil conseguirá sair desta crise na qual se encontra há décadas".



Nilce Ferreira — Do Lar: "Sobem a cada dia. Os preços estão subindo, às vezes, durante o dia, porque a gente passa de manhã é um preço e, de tarde, é outro. É muito difícil a gente acompanhar esse vertiginoso aumento de preços. Já tem comerciante cotando em dólar, os preços dos produtos que vende e o preço em Cruzeiros varia de acordo com a cotação da moeda norte-americana, sempre para cima. Nós trabalhadores recebemos em Cruzeiros e temos que pagar, embora em Cruzeiros, mas com a cotação em dólar, que eles escondem através de códigos".



Anita Soares — Do Lar: "É cômodo, para não dizer trágico. Deveria haver um plano de Governo, através do Ministério da Educação, para padronizar os livros que cada escola exige. Assim os pais poderiam reduzir um pouco os custos, utilizando livros usados, dos filhos mais velhos ou até de amigos. Já ouvi falar num projeto semelhante, mas que na prática não funciona, porque falta vontade política. Hoje existe uma espécie de "grife", em torno do material escolar, para as empresas passem a vender mais, explorando a população".



Ivete de Lima Casini — Do Lar: "Os trabalhadores assalariados deveriam receber, por parte do Governo uma ajuda para colocar os filhos na escola. Os preços do material escolar estão muito altos e a grande maioria da população não tem acesso. Qualquer tipo de ajuda, que facilite o acesso dos pobres ao material escolar, seria bem recebido pela população, até mesmo um convênio para descontar parceladamente, em folha, tudo isso facilitaria, já que ninguém quer assumir o problema. O que precisa é de uma intervenção direta do Governo, para facilitar as coisas".



Roseli Dudai — Do Lar: "É uma verdadeira loucura. Os preços variam muito de loja para loja, mas estão sempre muito elevados. Eu tenho condições de comprar, mas como ficam as mães e os pais que não podem. Fico pensando naqueles que ganham salários mínimos, com dois ou três filhos, e até mais, em idade escolar. Dá para imaginar o sofrimento, não só dos pais, mas também das crianças, que sentem na pele as dificuldades da família para que eles possam estudar. É uma injustiça social muito séria, que precisa ser corrigida".

Veja bem, agora na...

FOTO POSITIVO

Você encontra o mais novo lançamento da Kodak em filmes. Agora você tem o Auto Collor, o filme de 15 poses que te dá 30. Isso mesmo. Você compra, e ao revelar ganha uma cópia de cada foto. Aproveite!

FOTO POSITIVO

Rua Gonçalves Dias, 1131 — Fone: 292-3848

PAPELARIA RABISCO



Volta às aulas com você!

Promoção da semana

Lápis de cor com 12 unid, peq, Faber Castell, Cr\$ 18.000
Lápis de cor com 12 unid, grde, Faber Castell, Cr\$ 27.000
Lápis de cor com 24 unid, grde, Faber Castell, Cr\$ 60.000
Lápis de cor com 36 unid, grde, Faber Castell, Cr\$ 90.000

Galeria Virgínia, sala 210 — Fone: 292-4160